

# “O País necessita de dois anos de carência”

por Walter Marques  
de Brasília

“Precisamos de um prazo de carência de dois anos no qual não pagaríamos nem o principal nem os juros. Somente dessa forma poderíamos terminar projetos cujo principal venceu antes do início da operação industrial e retomar daqui a dois anos”. Este deveria ser o objetivo do governo na renegociação da dívida externa brasileira segundo o diretor superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, que foi recebido ontem no Palácio do Planalto pelo ministro Delfim Netto, do Planejamento.

Antônio Ermírio rejeitou, no entanto, a idéia de uma moratória, que implicaria, a seu ver, um agravamento das dificuldades econômicas brasileiras. O empresário acredita que parar de pagar com a anuência do Fundo Monetário Internacional e dos bancos privados estrangeiros é a única saída.

Para o superintendente do grupo Votorantim “o governo deveria se preocupar mais com os custos financeiros e os juros, do que com os salários”. Ele disse que atualmente os juros têm duas vezes mais importância nos custos das empresas do que os salários e, por isso, é preciso tabelar, taxar os juros. Isto não resolve, mas permite identificar os infratores”, disse Antônio Ermírio. Ele queixou-se de que se aumentar um produto de sua indústria acima dos 80% da



**Antônio Ermírio de Moraes**

ORTN fixados pelo governo “vou aparecer como bandido nos jornais”. Com os bancos, no entanto, isto não acontece.

As empresas, disse, pagam juros que correspondem à correção monetária mais 30%, ou seja, 1,30 e somente podem reajustar os seus preços em 80% das ORTN, ou seja, 0,80. “É uma equação linear, simples. Não tem como empatar. Só pode dar em falência como vem acontecendo”, afirmou.

O empresário defendeu também a livre negociação dos salários entre empresários e trabalhadores e teve demorados elogios ao projeto apresentado no Congresso Nacional pelo senador Jutahy Magalhães que propõe a livre negociação, respeitados os parâmetros da legislação salarial em vigor. Para Antônio Ermírio o projeto permitiria, se aprovado, proteger o emprego.